

Sarney levará a Figueiredo posição contra coincidência

Na próxima reunião do comando político, o presidente do PDS, José Sarney, transmitirá ao presidente Figueiredo a posição da maioria dos dirigentes estaduais do partido, contrária à coincidência dos mandatos eletivos.

Na ocasião, Sarney transmitirá também a grande insatisfação existente nas bases do PDS quanto à falta de orientação do governo no tocante às eleições de novembro. No encontro de presidentes regionais do PDS, foi solicitado em caráter urgente uma definição do partido com relação ao problema.

— Em caso de concordância do governo pela não-coincidência das eleições — disse alta fonte do PDS — o caminho seria negociar para que as eleições fossem realizadas daqui a um ano, ou seja, prorrogação por apenas um ano, como desejam alguns setores do partido do governo e das oposições.

DEFESA

Um grupo de parlamentares do PDS defende a realização de eleições no primeiro semestre de 1981, caso não seja possível a sua realização em novembro. A prorrogação por dois anos, prevista na emenda Anísio de Souza, conta com um grande número de adversários dentro do próprio partido do governo.

A maioria dos pedessistas já está convencida da impossibilidade da coincidência em 1982. Esta é a opinião do deputado Carlos Alberto Chiarelli (RS). Ele acha que, para um mandato de apenas dois anos (caso houvesse o mandato-tampão) seria difícil para todos os partidos conseguirem bons candidatos. Estes se guardariam para uma eleição cujo mandato fosse de quatro anos.

Se coincidissem as eleições para todos os níveis, para Chiarelli, este período de quatro anos sem pleitos influiria negativamente sobre o eleitorado, tirando-lhe a convicção da validade das eleições. A coincidência, diz ainda o parlamentar gaúcho, geraria um grande tumulto durante a votação já que haveria uma indesejável mistura dos temas defendidos pelos candidatos a cargos de âmbito municipal, estadual e federal. Assim, segundo ele, seriam debatidos, ao mesmo tempo, assuntos tão dispares como "política salarial e bueiros".

Outro grande inconveniente levantado pelo deputado gaúcho é quanto a porcentagem de votos nulos. No último pleito — quando foram eleitos deputados federais e estaduais e senadores — os votos nulos chegaram a 18 por cento do total. Caso haja a coincidência, este índice subiria para 35%, ou seja, seriam aproveitados apenas

dois em cada três votos, explica o deputado.

PRIMEIRO SEMESTRE

Na reunião da bancada do PDS, prevista para o início de junho, Chiarelli vai levar esses argumentos. Embora reconheça que, no momento, dentro de seu partido, exista uma tendência mais forte a favor da prorrogação, ele acha que só o debate levará a um consenso. Agora, ele identifica três grandes grupos de opinião dentro do PDS. Um a favor da manutenção do calendário, outro pela prorrogação e um terceiro, igualmente representativo, que ainda está indefinido.

Chiarelli acha que as eleições municipais poderiam ser realizadas em junho do próximo ano. Os partidos políticos estão recebendo agora os seus registros provisórios. Como a lei prevê em um ano o prazo para a entrega do registro definitivo, as eleições poderiam se efetivar em junho de 1980.

O deputado Bonifácio José de Andrada, (MG) vice-líder do PDS, por sua vez, acredita que o pleito possa ser realizado em abril ou maio do próximo ano, caso não seja aprovada a emenda Anísio de Souza. Embora não querendo opinar sobre sua aprovação ou não, Bonifácio José estima em 95 por cento os deputados que apoiarão a emenda Anísio, se o partido fechar questão sobre ela. Este índice cairia para 80-90% caso a questão seja considerada aberta, diz o parlamentar.

Caso a emenda Anísio de Souza não seja aprovada, o deputado mineiro não crê que o governo apresente uma nova emenda no sentido da prorrogação. As lideranças dos partidos políticos, se derrotada a emenda Anísio, encontrarão uma solução, acredita Bonifácio José de Andrada. Principalmente objetivando evitar a intervenção nos municípios. "Nesta hipótese, então teria mais guarida uma emenda constitucional fixando a eleição para o terceiro ou quarto mês do próximo ano", explica o vice-líder governista.

No partido do governo, as opiniões sobre a prorrogação ou não variam de acordo com a geografia. Um pedessista descreveu assim a situação: do centro para o sul, os prefeitos e vereadores são contrários ou indiferentes à prorrogação. Do centro para o norte são favoráveis. O principal argumento usado pelos políticos nordestinos é o alto custo de uma eleição naquela região, onde os parlamentares dispõem muitos recursos no transporte de eleitores.